



ANAIIS

**III ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA
EM SOBERANIA E SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

08 A 10 DE NOVEMBRO DE 2017
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – CURITIBA

Curitiba/PR

**1ª Edição
2017**



fontes informacionais do IPEA para nossa pesquisa e analisa a relação à atividade econômica nas regiões principalmente no Nordeste. As políticas públicas do governo. A fome no Brasil é uma situação de argumentos que tentam explicar a existência de regiões urbanas metropolitanas – bolsões da pobreza ou estigma da região Nordeste castigada pela seca, desamparo aos ideais de oportunidade por iguais a outras regiões, ao necessário alimentício e aparato básico impar aos nordestinos. A desigualdade é a única questão que se mantém estável ao longo da história brasileira. Uma realidade que alcança da imersa falta de uma equidade na distribuição de renda e quase ausência de oportunidade de inclusão social e econômica, onde para muitos não é suficiente apenas para erradicar a fome. Em síntese retrata em análise científica uma leitura que demonstra os efeitos colaterais da hipertrofia e descaso da questão alimentar em nosso sistema de produção, e, caminhando as inconseqüências da realidade e as consequências biológicas-sociais grave qualidade alimentar da população, principalmente nas regiões mais carentes. Os reflexos da globalização nos ditames do “mercado” e o perverso quadro do sistema de produção em nosso país, que afeta o elemento essencial para a sobrevivência humana – alimentação e na situação dos Direitos Humanos.

COMER, COSER E COZINHAR: CONSTRUINDO UM TERRITÓRIO QUE NOS ALIMENTA A PARTIR DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

Samantha Jesica Sales Andrade (Nutricionista do Projeto Camará, samantha.jesica.sales@gmail.com), Maria Fernanda Petrolí Frutuoso (Docente da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, fernanda.frutuoso@unifesp.br), Viana Cassio Vinicius Afonso (Psicólogo do Projeto Camará, cassioviana@live.com)

Resumo: Como signatário dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, o Brasil tem como referência a inclusão social e eliminação da pobreza e fome, com relação e impacto direto no acesso aos alimentos. A ocorrência conjunta de déficit nutricional e excesso de peso, associada à garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, constitui desafio para as políticas públicas baseadas em ações intersetoriais e focadas na identificação das necessidades de saúde da população, incluindo comunidade, família e indivíduo. Descrição da experiência: Esta experiência acontece no Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência, organização não governamental localizada em São Vicente – SP. O Projeto Terra Sonâmbula, iniciado em 2017, discute o direito a terra em sua perspectiva relacionada à moradia e à alimentação, inserindo transversamente aos espaços educativos da organização, que se dedicam a pensar processos de alfabetização integral (sendo a alimentação um desses eixos temáticos), oficinas culinárias para crianças, adolescentes e pais. Há também aproximação com a abordagem social



de rua de crianças e adolescentes que reconhece os temas da alimentação e da terra/moradia como primordiais para a construção de políticas públicas dialéticas e adequadas às populações em situação de vulnerabilidade social. **Resultados/discussão:** Diariamente são realizadas atividades relacionadas ao empoderamento das crianças e adolescentes no que diz respeito ao direito humano a alimentação adequada. As crianças/adolescentes que compõem a “equipe do rango” são escolhidas democraticamente nas assembleias semanais, que acontecem dentro da escola do bairro e são responsáveis pela produção do lanche nas atividades diárias. Acontece ainda, numa perspectiva sistêmica, um grupo com os pais e familiares com o nome de “Comida e prosa”, onde são discutidos outros aspectos da comida e do comer, como a afetividade e a valorização dos alimentos regionais, entre outros. O trabalho ampliado preconizado pelo Camará pretende produzir processos de cuidado em relação aos familiares, por meio de acompanhamento e fortalecimento de vínculos; também se espera que, a partir do envolvimento dos familiares no processo formativo das crianças e adolescentes, estes venham a se tornar conscientes e ativos no que diz respeito à garantia de seus direitos, incluindo a alimentação e os processos políticos, educacionais e sociais de seus territórios. **Considerações finais:** A inclusão social, a partir das demandas locais identificadas coletivamente, amplia a possibilidade de expressão e troca coletiva - e plural - de saberes sobre alimentação, como aposta na autonomia e protagonismo dos sujeitos, capazes de acionar vontade e desejo de mudança, colocando-os como colaboradores dos processos de produção do cuidado e de reflexão que, histórica e culturalmente, são delegados quase que exclusivamente aos serviços/profissionais de saúde. A ação coletiva de cozinhar e comer durante oficinas culinárias permitem o contato sensorial com os alimentos em uma vivência subjetiva contextualizada, na qual serão identificados valores, sentimentos e experiências em relação à comida e ao comer.

Palavras-chave: direito humano à alimentação adequada, formulação de políticas públicas, criança e adolescente.

Fonte(s) de financiamento: Fundo Municipal da Infância

Conflito de interesses: não há conflito de interesse a declarar

SEMINÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA PARAÍBA: EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Nediele Coutinho (UFPB, nediele@hotmail.com), Ana Claudia Vasconcelos (UFPB, anacpeixoto@uol.com.br), Livia Portela (UFPB, liviafportela@gmail.com), Vanille Pessoa (UFCEG, vanillepessoa@gmail.com), Maurício Sardá (UFPB, mausarda@yahoo.com.br), Antônio Souza Neto (UFPB, atnetto27@gmail.com)